

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cilasi Alimentos S.A. ("Companhia"), situada à Rua Canindé, 948, bairro Canindé, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) sob o n. 60.618.436/0001-70, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, SP., que tem por objetivo a exploração do ramo de negócios na indústria e comércio, com fabricação, vendas no mercado nacional, exportação de biscoitos e serviços de industrialização à terceiros.

Considerada uma das mais tradicionais indústrias de biscoitos do país, Companhia com 109 anos de vida é valorizada e reconhecida por suas marcas e produtos em todo Brasil. Com uma proposta de produtos variada e abrangente para os mais diversos públicos nas diferentes regiões do país. Atualmente, a "Bela Vista", como é conhecida, tem importante relevância dentro da indústria de biscoitos e sua participação de mercado é muito expressiva nos territórios onde atua. Suas principais marcas: Tuc's, líder de mercado com 50 anos de atuação, Bela Vista e Fazendinha são conhecidas, apreciadas e presentes no mercado nacional de biscoitos. Em conjunto elas servem para que a empresa ocupe um lugar de destaque entre as 15 maiores indústrias de biscoitos do Brasil, (assim é como a apresentam conceituados institutos de pesquisa brasileiros). O portfólio de marcas e produtos desde sempre entregam satisfação, qualidade e confiança ao consumidor, que bem reconhece a sua proposta de valor: Consumir biscoitos variados, de qualidade; e a um preço justo.

Logos após anos desafiadores pós pandemia; a empresa tem mostrado resiliência para voltar ao crescimento desde 2022. Atualmente, é uma companhia consistente e focada no planejamento e execução de seus planos estratégicos e operacionais. Assim, os programas e decisões executadas tem outorgado à Bela Vista uma posição e desempenho visando a sustentabilidade e um futuro mais promissor. Embora, os programas a serem executados e trabalho para os próximos anos não podem parar perante o mercado e os clientes. Devemos continuar com os objetivos traçados e as metas de performance definidas: Receita Incremental, Margens de Contribuição sem queda, eficiência de custos e gastos, ajustes contínuos do "Modelo de Servir" e uma organização com pessoas e processos que permitam continuar sendo uma das maiores e melhores no contexto Brasil.

e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

2.1.2. Base de mensuração



As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos milhares em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais políticas contábeis

a) **Apuração do resultado**

As receitas e despesas da Companhia são registradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) **Venda de produtos**

As receitas de vendas são reconhecidas na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem ainda dinheiro em caixa e depósitos bancários registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são apresentadas pelo valor de realização, sendo deduzidas das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

e) **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior a aquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

f) **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- **Máquinas e equipamentos** – 01 a 20 anos;
- **Edifícios** – 09 a 45 anos;
- **Instalações** – 03 a 13 anos;
- **Móveis e utensílios** – 01 a 7,2 anos;
- **Computadores e periféricos** – 01 a 05 anos;



- **Telefones celulares** – 01 a 05 anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas ou despesas operacionais" na demonstração do resultado.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Os intangíveis são amortizados de acordo com as vidas úteis médias dos ativos, como segue:

- **Softwares** – 05 anos;
- **Marcas registradas** – Indefinido.

h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para a deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável, para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em Nota Explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados;

(iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.



I) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro” (IFRIC 23)

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (i) Se a Sociedade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- (ii) As suposições que a Sociedade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- (iii) Como a Sociedade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- (iv) Como a Sociedade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Sociedade determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Sociedade a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos sobre as demonstrações contábeis.

2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis críticas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) **Perdas esperadas com créditos (conforme descrito na Nota Explicativa nº 4)**
- b) **Redução a valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução a valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

- c) **Impostos**

Em função da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. As provisões são constituídas com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio.



d) Provisões para riscos trabalhistas e tributários

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. As provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. Pelo reconhecimento contábil de créditos extemporâneos e seu reflexo tributário, apesar das ações adotadas, entendemos que, por conservadorismo, devemos aguardar o trânsito em julgado.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	1	2
Banco conta movimento	2.756	67
Total circulante	2.757	69

A variação referente a banco conta movimento se deu pela liquidação das tomadas de linha de crédito de fomentos no valor de R\$ 1.756 e, em empréstimos com garantias perfazendo R\$ 1.000.

4. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Duplicatas a receber	31.569	31.170
(-) Duplicatas descontadas	(15.758)	(20.625)
(-) Permutas	-	-
(-) Clientes não identificados	(6)	-
(-) Perdas esperadas com créditos	(688)	(2.057)
Total	15.117	8.488

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adição	Reversão	Saldos em 31/12/2023
(-) Perdas esperadas com créditos	(2.057)	(688)	2.057	(688)

A abertura do saldo a receber, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é conforme segue:

	2023	2022
A vencer		
De 01 a 30 dias (i)	21.591	18.128
De 31 a 60 dias (i)	6.214	9.118
De 60 a 120 dias	1.085	572
Total a vencer	28.890	27.818
Vencidos		
De 01 a 30 dias	1.191	963
De 31 a 60 dias	395	311
De 61 a 90 dias	406	21
De 91 a 180 dias	21	93
De 181 a 365 dias	666	1.964
Total de vencidos	2.679	3.352
Total geral	31.569	31.170
Duplicatas descontadas	(15.758)	(19.357)

Cientes não identificados	(6)	(1.268)
Perda esperadas com créditos	(688)	(2.057)
Total contas a receber	15.117	8.488

(i) O principal motivo para as variações apresentadas está diretamente relacionado às ações adotadas pelo departamento comercial, no tocante à revisão do prazo médio de recebimento de 35 para 28 dias e em função dos canais de atuação.

5. Estoques

	2023	2022
Matérias-primas	455	364
Material de embalagem	475	584
Produtos acabados	929	2.536
Total	1.859	3.484

A Companhia revisou as estimativas de provisão para perda nos estoques e não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas com a realização dos estoques em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

6. Imobilizado Líquido

	(% Taxa anual de depreciação)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2023	2022
Terrenos	0%	3.200	-	3.200	3.200
Edifícios	2,22 a 11,11%	1.300	(671)	629	680
Máquinas e equipamentos	5%	54.872	(52.763)	2.109	3.442
Móveis e utensílios	13,9%	562	(527)	35	45
Instalações	7,7 a 33%	1.810	(1.533)	277	416
Telefones celulares	20%	10	(10)	-	-
Computadores e periféricos	20%	864	(614)	250	76
Total		62.618	(56.118)	6.500	7.859

A Administração concluiu que a Companhia deverá efetuar, periodicamente, a análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, executando testes de *impairment*, avaliando com isto a deterioração que pode ser ocasionada devido a vários fatores, como, desgaste por uso, pelo tempo, jornadas de trabalho diferenciadas, ficando assim em conformidade com o Pronunciamento Técnico 27, emitida pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A movimentação no exercício de 2023 e 2022 pode ser demonstrada conforme a seguir:

	2022	Adição	Baixas	Depreciação	2023
Terrenos	3.200	-	-	-	3.200
Edifícios	680	-	-	(51)	629
Máquinas e equipamentos	3.442	-	-	(1.333)	2.109
Móveis e utensílios	45	-	-	(10)	35
Instalações	416	-	-	(139)	277
Computadores e periféricos	76	219	-	(45)	250
Total	7.859	219	-	(1.578)	6.500



7. Intangível Líquido

	(% Taxa anual de amortização)	2023		2023
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direito de uso	20%	312	-	312
Marcas e patentes	0%	9.414	-	9.414
Total		9.726	-	9.726

A demonstração da movimentação no exercício de 2023 e 2022 pode ser apresentada conforme demonstramos a seguir:

Descrição	2022	Adição	Baixas	Amortização	2023
Direito de uso	312	-	-	-	312
Marcas e patentes	9.414	-	-	-	9.414
Total do intangível líquido	9.726	-	-	-	9.726

8. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	(%) Taxa média de encargos financeiros	Vencimento	2023	2022
Empréstimos em moeda nacional				
	% a.m.			
Banco ABC Brasil	1,8%	21/11/2023	-	301
Banco Daycoval	1,8%	19/08/2025	1.899	1.646
Banco Sofisa	1,6%	02/04/2023	-	1.000
Banco Sofisa	1,6%	15/07/2025	1.685	1.307
Money Plus soc. de crédito	1,8%	10/06/2024	161	434
Banco Daycoval - FGI	0,90%	30/05/2023	-	601
Banco Daycoval - FGI	1,00%	26/08/2025	3.061	2.246
Banco Daycoval - PRE	1,00%	20/05/2025	694	-
Valorem soluções financeiras	1,8%	30/06/2024	1.385	-
Total			8.885	7.535
Fomentos				
Bs Investe			-	300
Total			-	300
De terceiros				
Paulo Eduardo Brombim			-	66
Br Fomento Mercantil			36	-
IFF Essências e Fragrâncias			-	236
Cereais Farotti Ltda			1.101	156
Veraly Intermediação e Comércio de Açúcar e Alcool Ltda			32	144
Total			1.169	602
Circulante			10.054	8.437
Não Circulante			-	-



Os empréstimos não preveem cláusulas restritivas (*covenants*) em seus contratos.

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *pro rata temporis*.

Até a data da emissão deste relatório, a Companhia se mantém adimplente com os empréstimos.

9. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de matéria-prima e embalagem	2.235	5.040
Fornecedores de serviços	999	346
Total	3.234	5.386

10. Tributos a recolher

	2023	2022
INSS	6.423	5.287
FGTS	375	1.404
Outras obrigações	30	52
PIS	30	473
Cofins	443	2.178
ICMS	6.423	2.888
IRRF	968	412
Parcelamentos – Nota Explicativa nº 13 (ii)	6.729	5.780
Outros	510	1.284
Total	21.931	19.759

11. Partes relacionadas

Esta conta trata exclusivamente da participação dos sócios quanto a retirada de *pró-labore* e recebimento de aluguéis da parte ideal pertencente à família.

As movimentações das outras contas a pagar estão demonstradas a seguir:

Descrição	2023	2022
Partes relacionadas		
Aluguéis	126	125
Pro labore	-	-
Total	126	125



14

12. Outras contas a pagar

As outras contas a pagar estão demonstradas a seguir:

Descrição	2023	2022
Outras contas a pagar		
Eletropaulo	15	74
Sabesp	659	1.057
Telecomunicações	60	60
Mensalidade sindical	-	-
IPTU a pagar	3.788	2.802
Aluguéis a pagar	741	1.315
Acordo comercial	-	28
Adiantamento de clientes	-	40
Provisão para P.P.R.	741	748
Provisão de comissões M.I	201	229
Provisão para fretes s/ M.I	278	321
Distrato prestação de serviços	817	1.180
Provisão para contingências (cíveis e trabalhista)	124	83
Total	7.424	7.937

13. Parcelamentos tributários

	2023	2022
ISS	-	-
IPTU	-	-
ICMS	227	-
FGTS	614	-
Acordo Aluguel Waldemar	1.847	-
Subtotal (a)	2.688	-
PIS parcelado	464	684
Cofins parcelado	897	1.195
Subtotal	1.361	1.879
Previdência social	11.973	13.327
Fazenda nacional	6.601	7.443
Subtotal (b)	18.574	20.770
Total não circulante	22.623	22.649
Total circulante – Nota 10	6.729	5.780

Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009, a Companhia ingressou com o Pedido de Parcelamento Especial, na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (REFIS/2000) e inclusão de processos judiciais contra a Secretaria da Receita Federal. O impacto líquido da atualização do passivo tributário menos o valor de pagamento com prejuízos fiscais e redução de multa e juros foi no montante de R\$ 17.721, valor do parcelamento no ato da consolidação, em julho de 2011, registrado na rubrica de Parcelamento Lei nº 11.941/2009. A referida lei prevê a redução de multa e juros, encargos legais e pagamento com prejuízo fiscal.



Com a reabertura do prazo para o REFIS da Lei nº 11.941/2009, instituído pela Lei nº 12.865/2013, a Companhia optou por incluir processos na modalidade de pagamento parcelado, no valor de R\$ 23.240 (esse valor contempla os descontos previstos em lei, atualizados até dezembro de 2013), com programação para pagamento em 180 parcelas.

Em 2017, a Companhia manifestou interesse em aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017 (Conversão da MP nº 783/2017), Regulamento: Instrução Normativa RFB nº 1.752, de 26 de outubro de 2017. O valor total oferecido no programa foi de R\$ 32.692 para a quitação à vista, onde nos beneficiamos com a redução de multas e juros no valor de R\$ 19.174, amortização com créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido no valor de R\$ 11.883 e o pagamento em espécie no valor de R\$ 1.635 a título de parcela à vista também denominada de pedágio para adesão, considerando a inclusão dos módulos previdenciários e fazendários. Os efeitos contábeis estão refletidos nas rubricas acima em fevereiro e dezembro de 2018, momento da consolidação do programa.

14. Provisão para contingências

Os processos trabalhistas referem-se aos diversos processos, que pleiteiam indenizações a serem apuradas em liquidação de sentença e requer também a coordenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios a serem arbitrados pelo juiz.

A Administração constituiu provisão no passivo não circulante, no montante de R\$ 59.058, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de desfechos desfavoráveis (perda provável), conforme avaliação dos seus assessores jurídicos.

Natureza	Probabilidade de perda provável	Provisionado	
		2023	2022
Trabalhista	664	664	-
Cível	5.646	5.646	6.639
Tributária	63.246	63.246	52.419
Tributos sobre base do ICMS	-	-	-
Total	69.556	69.556	59.058

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Adição	Reversão	Saldos em 31/12/2023
Provisão para contingências	59.058	10.498	-	69.556
Total	59.058	10.498	-	69.556

Em cumprimento ao Princípio da prudência, onde, exige que as demonstrações contábeis reflitam a situação financeira e o desempenho econômico da entidade de maneira conservadora, ou seja, evitando subavaliar os ativos e sobreavaliar os passivos, a companhia optou por registrar as informações classificadas por seus patronos, com probabilidade **possível**, na rubrica provisão para contingências tributárias performando R\$ 19.531 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.821 em 31 de dezembro de 2022).

15. Recuperação judicial

Descrição	2023	2022
Recuperação judicial	7.503	10.930
Total	7.503	10.930

Em 07 de fevereiro de 2015, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decretou sentença de encerramento do processo de recuperação judicial, de acordo com o artigo 63 da Lei nº 11.101/2005 em virtude do cumprimento das obrigações vencidas, conforme estabelece a citada lei.

Em 26 de junho de 2015, o Juiz de Direito, Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho se fez publicar a sentença de fls. 1.348/1.349 deu por encerrada a recuperação.

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Pagamentos	Saldos em 31/12/2023
Recuperação judicial	10.047	(2.544)	7.503
Total	10.047	(2.544)	7.503

16. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 8.193 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 9.382.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e estão assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	R\$ Mil
Cid Maraia de Almeida	3.127.334	2.731
Laet Maraia de Almeida	3.127.333	2.731
Espólio de Silvino Batista da Costa	3.127.333	2.731
Total	9.382.000	8.193

17. Receita líquida de vendas

	2023	2022
Receita operacional bruta	193.999	188.158
Vendas no mercado interno	175.815	170.488
Vendas no mercado externo	18.184	17.670
Industrialização para terceiros	-	-
Deduções da receita bruta	(32.891)	(32.789)
Devolução de vendas	(2.502)	(3.732)
Impostos incidentes sobre vendas	(30.389)	(29.057)
(=) Receita líquida de vendas	161.108	155.369

18. Custos dos produtos vendidos

Descrição	2023	2022
Consumo de insumos	63.341	70.945
Despesas industriais de fábrica	37.079	39.796
Total - custo dos produtos vendidos	100.420	110.741

19. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	2023	2022
Provisão para perdas esperadas	1.369	(901)
Bonificação s/ mercadorias	58	17
Outras receitas (a)	4.808	2.922
Total	6.235	2.038

- (a) O saldo está compreendido pelo reconhecimento de crédito extemporâneo, reversões dos impostos diferidos e reversão do reconhecimento do reintegra sobre operações de exportação, pelo não enquadramento conforme lei vigente, ora adequadas.

20. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras	99	262
Rendimento mercado aberto	8	2
Varição cambial ativa não realizada	-	-
Varição cambial ativa	61	240
Juros recebidos	15	6
Outras receitas financeiras	15	14
Despesas financeiras	(41.255)	(30.840)
Varição monetária s/ contas a pagar	-	(4)
Varição cambial passiva	(254)	(359)
Juros sobre impostos e financiamentos	(324)	(20)
Juros sobre arrendamentos	-	-
Juros sobre passivos diversos	(20.001)	(11.628)
Juros sobre títulos descontados	(3.393)	(4.418)
Descontos concedidos	(11.077)	(7.226)
Juros sobre capital de giro	(1.956)	(2.207)
Outras despesas financeiras	(4.250)	(4.778)
Resultado financeiro	(41.156)	(30.578)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar.

A Companhia não possui, além dos instrumentos financeiros mencionados anteriormente, outros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021, bem como não possui instrumentos derivativos nestas datas.

Gestão de riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

O saldo a receber de clientes é denominado em reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de perdas esperadas.

Risco de concentração de contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento para determinados clientes. Qualquer problema de liquidez destes clientes ou redução na demanda causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia, de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificado de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por essas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos através de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, escrow, vinculadas, contas depósitos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, às políticas ou aos processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

22. Pareceres e declarações/declaração dos diretores sobre o relatório do contador

Declaramos, na qualidade de diretores da Cilasi Alimentos S/A, sociedade por ações (capital fechado) com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Canindé, 948, Canindé, CEP 033033-000, inscrita no CNPJ sob o nº 60.618.436/0001-70, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do contador relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

* * *


Cid Maraia de Almeida

CPF: 031.679.688-34

Diretor presidente


Laet Maraia de Almeida

CPF: 031.678.878-34

Diretor secretário


Aldo Cesar Benega

CRC-1SP180698/O-4

Contador

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

CATEGORIA: **TEC CONTABILIDADE** Nº DO REGISTRO: **1SP180698/O-4**

NOME: **ALDO CESAR BENEGA**

FILIAÇÃO: **JOEL BENEGA**
ELIZABETH BENEGA

NASCIMENTO: **15/10/1969** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA** NATURALIDADE: **SÃO PAULO - SP**

EXPEDIÇÃO: **16/01/2007**

PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF: **09504325807** RG: **171489783 SSP-SP** Diplomação: **12/08/1992**

Título: **TECNICO EM CONTABILIDADE** Título Expedido por (ou Decl. Provisionado): **COL. COM. 30 DE OUTUBRO**

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/46 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/75.

ASSINATURA DO CONTABILISTA

POLEGAR DIREITO

733 BICELLE DIAS RODRIGUES OLIVEIRA
TABELA
AUTENTICAÇÃO
ESTA CÓPIA APRESENTADA POR
CONFES. CONTABIL. SP

9 0011

Auremido de
Escritório
Rua Padre de Aguiar, 111 - Vila Mariana, SP
FALDO SOBRE E COM O SEL. DE 811-211

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL
Seção São Paulo
112318
AUTENTICAÇÃO
AU1046AH0897245

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8120-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

342F4731

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NAO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.115.553-7 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 28/03/2018

NOME
CID MARAIA DE ALMEIDA

FILIAÇÃO
JOAQUIM MARIA DE ALMEIDA
MARIA ANTONIETTA DE ALMEIDA

NATURALIDADE
S.PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO
22/01/1940

DOC ORIGEM
SÃO PAULO - SP PARI CC:LV.B019/FLSº58 /Nº05246

CPF
031679688/34

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

GISELE DIAS RODRIGUES
TABELIA
AUTENTICAÇÃO
ESTA CÓPIA EXTRAÍDA NO CARTÓRIO
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU P
S.Paulo 23 MAR. 2021
Janayna Clemente de Oliveira
Escritoriente Autorizada
Rua Duarte de Azevedo, 190 - Santana - Tel: 4837-4999
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,90

Colégio Notarial do Brasil
Seção São Paulo
112318
AUTENTICAÇÃO
AU1046AI0271706

TABELIA DE NOTAS
EM BRANCO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8160-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
"RICARDO GUMBLETON DAUNT"

NOME **LAÉT MARAIA DE ALMEIDA**

FILIAÇÃO
JOAQUIM MARIA DE ALMEIDA E SILVA

MARIA ANTONIETTA DE ALMEIDA

DATA NASCIMENTO **26/11/1941** ORGÃO EXPEDIDOR **SSP-SP** FATOR RH

NATURALIDADE **S. PAULO - SP**

OBSERVAÇÃO

4C617763

ASSINATURA DO TITULAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **031678878/34** DNI **MAIOR DE 65 ANOS**

REGISTRO GERAL **2.688.708-3** 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO **23/05/2024**

REGISTRO CIVIL
SÃO PAULO - SP JARDIM AMÉRICA CC:LV.B39 /FLS.99 /Nº16586

T. ELEITOR CTPS SÉRIE UF

NIS/PIS/PASEP 10928857929 IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH CNS

POLEGAR DIREITO

Maurício José Lemos Freire
Delegado Divisão de Polícia IRGD.PCSP

ASSINATURA DO DIRETOR

TABELÃO DE NOTAS
ESTA CÓPIA, EXTRAÍDA NO CARTÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

S. Paulo, 20 AGO. 2025

Janayna Clemente de Oliveira
Escritoriente Autorizada
Rua Duarte de Albuquerque, 190 - Santana - Fone: 4837-4644

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 5



EM BRANCO